



PORTARIA Nº 004/SUPECOL/PMJP/2026

Designar a servidora **Danielly Melo de Souza**, nomeada pelo **Decreto nº 0168/GAB/PMJP/2026**, para exercer a função de elaboração de editais de licitação, avisos e atos correlatos, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações SUPECOL, os quais serão submetidos à ratificação do Pregoeiro ou Agente de Contratação responsável pela condução do respectivo certame.

O **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, LOURRANT CANTÃO PESSOA, nomeado pelo Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º do Decreto nº 308, de 24 de fevereiro de 2022, e

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 618/PGM/PMJP/2025, que concluiu não ser recomendável a designação do mesmo agente público para atuar simultaneamente nas fases de planejamento da contratação e de seleção do fornecedor, em observância ao princípio da segregação de funções, previsto na Lei nº 14.133/2021 e consolidado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União TCU;

CONSIDERANDO, contudo, que o referido parecer admite a flexibilização excepcional dessa segregação funcional quando presentes circunstâncias específicas, tais como a insuficiência de quadro de servidores capacitados, desde que a decisão seja devidamente motivada pela autoridade competente, em conformidade com os arts. 20 a 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro LINDB;

CONSIDERANDO que a nomeação através da Portaria n. 001/SUPECOL/PMJP/2026 da servidora ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA, Economista, matrícula nº 11.332, lotada na SUPECOL, para elaborar, revisar, corrigir, finalizar e providenciar a publicação dos editais de licitação, bem como dos avisos de dispensa de licitação eletrônica, não logrou êxito, não se mostrando adequada para atender às demandas administrativas existentes;

CONSIDERANDO que os Pregoeiros e/ou Agentes de Contratação detêm conhecimento técnico aprofundado acerca dos objetos a serem licitados, bem como maior domínio sobre as especificidades das demandas administrativas, o que contribui para a elaboração mais eficiente, precisa e alinhada dos instrumentos convocatórios;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de organizar e racionalizar os procedimentos administrativos relativos à elaboração de editais, avisos e atos correlatos, estabelecendo atribuições específicas à nova servidora designada, sem prejuízo da atuação excepcional dos Pregoeiros ou Agentes de Contratação, quando necessário à continuidade e eficiência dos processos de contratação pública, observando-se o princípio da segregação de funções;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Danielly Melo de Souza**, nomeada pelo **Decreto nº 0168/GAB/PMJP/2026**, para exercer a função de elaboração de editais de licitação, avisos e atos correlatos, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações SUPECOL, os quais serão submetidos à ratificação do Pregoeiro ou Agente de Contratação responsável pela condução do respectivo certame.

Art. 2º Compete à servidora designada:

I elaborar, revisar, ajustar e finalizar os editais de licitação e seus anexos;

II elaborar avisos, termos e demais atos necessários à instrução e divulgação dos procedimentos de contratação;

III realizar as adequações técnicas necessárias nos instrumentos convocatórios e documentos correlatos relativos às modalidades licitatórias e às contratações diretas, incluindo Dispensa, Inexigibilidade e demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021.

Art. 3º Nos editais, avisos e atos correlatos deverá constar:

I a assinatura da servidora designada como Elaboradora;

II a assinatura do Pregoeiro ou Agente de Contratação designado para condução do certame, que figurará como Responsável, ratificando as informações constantes no instrumento convocatório.

Art. 4º Excepcionalmente, quando não for possível a elaboração dos instrumentos convocatórios pela servidora designada, em razão de ausência, impedimento, incompatibilidade de demanda ou necessidade administrativa, o Pregoeiro ou Agente de Contratação poderá elaborar o edital ou ato correspondente de forma isolada, assumindo a responsabilidade pela elaboração do instrumento convocatório e pela condução do respectivo procedimento de contratação..

Parágrafo único. A excepcionalidade prevista no caput deverá observar os fundamentos relacionados à eficiência administrativa, à continuidade do serviço público e à insuficiência de pessoal capacitado, em conformidade com os princípios administrativos e com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Ji-Paraná/RO, 06 de março de 2026.

(assinado eletronicamente)

LOURRANT CANTÃO PESSOA
Superintendente de Compras e Licitações
Decreto nº 709/GAB/PMJP/2025

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente por **LOURRANT CANTÃO PESSOA, SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES**, em 06/03/2026 às 13:07, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2494674** e o código verificador **84CF6ADD**.

Docto ID: 2494674 v1



DECRETO N. 0703, DE 17 DE ABRIL DE 2026

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 120/CPL/PMJP/RO/2026 de 16/04/2026 \(ID 2611154\)](#).

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Presidente Pregoeira;
- II - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- IV - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- V - Ana Paula de Souza Meireles: Agente de Contratação/Pregoeira.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Adriana Souza Leite;
- II - Izabelly Paiva Porfírio;
- III - Vivian Vieira de Araújo;
- IV - Neurizete dos Santos;
- V - Danielly Melo de Souza.

Art. 2º A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

Art. 3º Fica revogado o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025 ([ID 2044611](#)).

Art. 4º Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 17 de abril de 2026

[assinado eletronicamente]
AFFONSO CÂNDIDO
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 17/04/2026 às 10:01, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.jf-parana.ro.gov.br, informando o ID **2613313** e o código verificador **0CA5E1E5**.

Docto ID: 2613313 v1

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/SUPECOL/PMJP/RO/2026

SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ-RONDÔNIA (980005)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-2617/2026 – SEMUSA

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos visando atender às necessidades do Departamento de Atenção Básica (DAB) e suas subunidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO, conforme quantidades e especificações descritas no Edital e seus anexos.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia: 22/05/2026 às 09:30h (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

www.gov.br/compras/pt-br/

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PARTICIPAÇÃO:

- Item de Ampla Participação
- Item cota de até 25% reservada à Participação Exclusiva de ME/EPP/EQUIPARADAS

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 14.716.915,20 (Quatorze milhões, setecentos e dezesseis mil, novecentos e quinze reais e vinte centavos))

FONTE DE RECURSOS:

02 PODER EXECUTIVO

0207 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

020703 BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA

10 Saúde

10301 Atenção Básica

103010002 ACOLHE JI-PARANÁ: AMOR, RESPEITO E SAÚDE PARA TODOS

10301000221010000 Manutenção dos Serviços de Atenção Básica em Saúde

545OR3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

0.1.6000010.100 Atenção Primária – Principal

EDITAL: Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site www.ji-parana.ro.gov.br.

INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

1.1. Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

Demais informações e esclarecimentos: SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-
Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: supecol@ji-parana.ro.gov.br.

Ji-Paraná-RO, 05 maio de 2026.

Editais Elaborado por:

[assinado eletronicamente]
Danielly Melo De Souza
Equipe de Apoio
Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

Responsável pela licitação:

[assinado eletronicamente]
Sônia Regina da Silva
Pregoeira/Agente de Contratação
Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/SUPECOL/PMJP/RO/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

AMPLA PARTICIPAÇÃO e COTA DE ATÉ 25% RESERVADA À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto Municipal nº 0703/GAB/PMJP/2026 e Decreto Municipal nº 004/GAB/PMJP/2026**, torna público para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na **forma eletrônica**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa **ABERTO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023, do Decreto Municipal nº 1.385/2023, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 1-2617/2026 - SEMUSA

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 22 de maio de 2026, às 09h30min. (Horário de Brasília - DF)

LOCAL (endereço eletrônico): Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras/pt-br/

UASG: 980005

2. DO OBJETO:

3. Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos visando atender às necessidades do Departamento de Atenção Básica (DAB) e suas subunidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO, conforme quantidades e especificações descritas no Edital e seus anexos.

3.1. A licitação será realizada em **12 (doze) itens**, conforme tabela constante no **ANEXO II**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3.2. Os itens **1, 3, 5, 7, 9 e 11** são destinados a **AMPLA PARTICIPAÇÃO** e os itens **2, 4, 6, 8, 10 e 12** são **COTA de até 25% RESERVADA À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS** nos termos da Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações.

3.3. Nos termos do Acórdão APL-TC 00203/2025 de 09/02/2026 do TCE/RO e em atenção ao Decreto Municipal nº 6.566/16 se a mesma empresa ofertar o menor preço na cota reservada e na cota principal a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3.4. Os itens **2, 4, 6, 8, 10 E 12** estão como abertos no sistema ComprasGov para ampla participação tão somente em razão do sistema possuir uma falha quanto a aplicação das cotas NOS CASOS DE SRP. Todavia, embora estejam abertos no sistema, serão consideradas apenas as propostas de ME's e equiparadas para os mencionados itens. Assim, as propostas de empresas que não se enquadrem como ME e equiparadas para os citados itens, serão desclassificadas para os itens.

3.5. Em caso de **discordância existente** entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico - comprasnet/catmat, e as especificações constantes no **Anexo II** deste edital, **prevalecerão às últimas**.

3.6. Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da **marca/modelo/fabricação**.

3.7. Os licitantes, no que couber, devem apresentar **catálogo dos produtos ofertados** para adequada análise técnica do setor requisitante.

4. DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam no ANEXO V - Minuta de Ata de Registro de Preços.

4.2. **Fica vedada** a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

4.3. **Não se aplica** ao presente certame o previsto no Art.82, III da Lei Federal n. 14.133/2021, que permite que a administração pública licite itens com preços diferenciados, vez que não há nos autos a previsão de preços diferentes com a devida justificada, demonstrando a necessidade e a razoabilidade da pretensa diferenciação.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

5.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como **firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda **não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte**. Para esse fim, deverá a empresa apresentar a declaração do **Anexo III – A do Edital**.

5.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.6. **Não poderão** disputar esta licitação:

5.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

5.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

5.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta**;

5.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

5.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

5.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

5.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

5.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

5.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. O impedimento de que trata o item 5.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

5.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 5.6.2 e 5.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

5.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

5.10. O disposto nos itens 5.6.2 e 5.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.12. A vedação de que trata o item 5.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 10.1.1 e 10.12.1 deste Edital.

6.4. No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:

6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7. A **falsidade da declaração** de que trata os itens 6.4 ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances.**

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor **unitário do ITEM**;

7.1.2. Marca;

7.1.3. Fabricante;

7.1.4. Quantidade.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.

7.3. Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.**

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em **conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.7.1. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

7.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato**.

7.9. O município de Ji-Paraná-RO efetuará a retenção do Imposto de Renda eventualmente incidentes sobre o valor de bens, prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, conforme previsto no Decreto Municipal nº 1.330/23, observado cada caso específico tendo como base a Instrução Normativa RF 1.234/2012 e suas alterações.

7.10. Caberá a Contratada destacar na Nota Fiscal dos tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem ou serviço objeto do Edital, nos termos previstos do Decreto Municipal nº 1.330/2023 e Instrução Normativa RB nº 1.234/23.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.5. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**

8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.11.1. A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.

8.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), **o pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.

8.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.15. **Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.**

8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17. **No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.**

8.18. Quando a **desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro** persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será **suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.21.2.2. empresas brasileiras;

8.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo** ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.22.1. Caso a licitante não se manifeste no prazo máximo de até **10 (dez) minutos** através do **CHAT MENSAGEM ao ser convocada**, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço permaneça superior ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

8.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários **à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**.

8.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

9.1.5. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO

9.2. A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.3.3. Constatada a existência de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021), o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação, em observância ao caráter abrangente dessa penalidade.

9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 5.4.1 e 6.6 deste edital.

9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.6.1. conter vícios insanáveis;

9.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.7. No caso de **bens e serviços em geral**, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a **50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração**.

9.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

9.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

9.8.3. No caso de **serviços de engenharia**, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;

9.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.

9.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

10.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.

10.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

10.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.** (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

10.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

10.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

10.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

10.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.15. Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.12.1.

10.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação estabelecido pelo setor competente poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo estabelecido na convocação;

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas **não obrigará a Administração a contratar**, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar **os licitantes remanescentes do cadastro de reserva**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com **preço igual ao do adjudicatário**, observada a classificação na licitação; e

12.1.2. dos licitantes que **mantiverem sua proposta original**

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. **Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

13.6. **Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. **O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.**

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico www.ji-parana.ro.gov.br - Portal da Transparência.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

14.1.5. fraudar a licitação

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico supecol@ji-parana.ro.gov.ro e confirmado através do telefone/WhatsApp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

16.11. Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, ESTÃO CONSIGNADOS NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

16.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

16.12.1.1. Apêndice do Termo de Referência

16.12.2. ANEXO II – Carta Proposta (modelo);

16.12.3. ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;

16.12.3.1. ANEXO III – A – Modelo de Declaração

16.12.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato;

16.12.5. ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços.

15.1. DO FORO

15.1.1. As partes elegem o **Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO**, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

Ji-Paraná-RO, 05 maio de 2026.

Edital Elaborado por:

[assinado eletronicamente]

Danielly Melo De Souza

Equipe de Apoio

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

Responsável pela licitação:

[assinado eletronicamente]

Sônia Regina da Silva

Pregoeira/Agente de Contratação

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026



TERMO DE REFERÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO

Unidade orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná-RO

Objeto: Aquisição de medicamentos para atendimento da demanda do Departamento de Atenção Básica (DAB), subunidades: Unidades Básicas de Saúde em atendimento ao **Programa Municipal de Obesidade Mórbida no Município de Ji-Paraná.**

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Definição do Objeto

1.1.1. Constitui o presente Termo de Referência, a realização de Pregão Eletrônico próprio para eventual aquisição de medicamentos visando atender às necessidades do Departamento de Atenção Básica (DAB) e suas subunidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Natureza

1.2.1. O objeto desta Contratação é caracterizado como comum, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/21.

1.2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme artigo 20 da Lei nº 14.133/2021, dado que os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de normas técnicas da ANVISA e especificações usuais de mercado.

1.2.3. A aquisição de bens poderá ser realizada por meio de licitação na modalidade pregão, uma vez que se trata de bens comuns, entendidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, mediante especificações usuais no mercado. Assim, o objeto é considerado comum, pois é possível estabelecer, com base em parâmetros sanitários e farmacopeicos, os critérios de qualidade necessários, permitindo a comparação objetiva das propostas e a seleção da mais vantajosa com base no menor preço.

1.2.4. Para a aquisição do objeto deste instrumento licitatório, os eventuais fornecedores deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, apresentando Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela ANVISA e demais documentos a título de habilitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Modalidade

1.3.1. A aquisição será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na sua forma eletrônica, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), com critério de julgamento por **menor preço por item**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.3.2. A contratação observará as disposições da LC nº 123/06, no que couber.

- - Nos termos da **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, será assegurado **tratamento diferenciado e favorecido para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)**, nas etapas de habilitação e julgamento das propostas.
 - A aplicação da LC 123/06 ocorrerá **no que couber à aquisição de medicamentos**, respeitando as exigências legais específicas deste tipo de fornecimento.
- **Objetivo**
 - Garantir a participação de MEs e EPPs no processo licitatório, promovendo competitividade, economia e legalidade na aquisição de medicamentos.
- **Observações**
 - Caso uma ME ou EPP apresente documentação com irregularidades fiscais, será concedido prazo legal para regularização, conforme previsto na LC 123/06.
 - Todas as disposições aplicáveis serão compatibilizadas com as normas sanitárias e regulamentações da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**, quando pertinentes à aquisição de medicamentos.

1.4. Modo de Disputa

1.4.1. Será adotado para o envio de lances o **modo de disputa aberto**.

1.4.1.1. Em consonância ao inciso I do Art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021, no modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, decrescentes, visto que se trata de um pregão cujo critério de julgamento é menor preço por item.

1.5. Quantitativos e Justificativa

1.5.1 Considerando que o objeto é o atendimento aos pacientes do Programa Municipal de Atenção à Obesidade Mórbida no município de Ji-Paraná - RO que evidencia a obesidade é uma condição crônica multifatorial, associada ao aumento de morbimortalidade por doenças cardiovasculares, diabetes mellitus tipo 2, hipertensão, esteatose hepática e distúrbios osteomusculares. No município de Ji-Paraná, dados da APS evidenciam crescimento contínuo da prevalência de sobrepeso e obesidade entre adultos cadastrados no e-SUS/PEC, com impacto direto no risco metabólico, uso de medicamentos e aumento da demanda por atendimentos especializados.

A população estimada do município é de 139.359 habitantes (IBGE 2024), e segundo dados da RIPSAC/GIAE 2024, entre adultos de 18 a 80 anos, o município registra:

CLASSIFICAÇÃO POPULAÇÃO	
SOBREPESO	6.698
OBESIDADE GRAU I	4.247
OBESIDADE GRAU II	1.735
OBESIDADE GRAU III	935
TOTAL DE OBESOS 13.615 (13% DA POPULAÇÃO)	

verificamos que apesar de não haver média de consumo histórico anual o quadro acima desmonstra a necessidade de aquisição e quantidade de aquisição pois o Programa Municipal de Atenção à Obesidade

Mórbida no município de Ji-Paraná tem como finalidade o atenção de todos os cidadãos que estão em situação de Obesidade Grau III, durante a sua vigência o que torna a análise mais simples e objetiva, sem a necessidade de ajustar médias de anos anteriores ou lidar com inconsistências nos dados históricos. Isso facilita tanto para os gestores públicos tornando o processo mais ágil e transparente, assim, segue abaixo quadro com quantidade total a ser contratada:

1.5.2. A aquisição é imperativa para garantir a integralidade da assistência à saúde no município, assegurando o abastecimento do Programa Municipal de Atenção a Obesidade Morbidade no município de Ji-Paraná- RO, em observância aos princípios da Lei Federal nº 8.080/1990.

1.5.3. O Sistema de Registro de Preços é adotado devido à natureza contínua do consumo de medicamentos e à impossibilidade de armazenamento imediato de todo o estoque anual na DAB, permitindo o reabastecimento conforme a necessidade real das unidades de saúde.

1.6. Prazo do Contrato e da Ata

1.6.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada uma única vez por igual período, mediante comprovação da vantajosidade e disponibilidade orçamentária, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.6.2. O prazo de validade dos medicamentos, no ato da entrega, não poderá ser inferior a **12 (doze) meses**, garantindo a segurança e eficácia do produto durante o período de estocagem e uso.

1.6.3. A entrega dos itens será de forma parcelada, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, conforme a demanda da Gerência da Assistência Farmacêutica.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificativa da Contratação

2.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de medicamentos para compor o estoque do Departamento de Atenção Básica (DAB), atendendo ao planejamento para o Programa Municipal de Atenção à Obesidade Mórbida . A aquisição justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade dos serviços de saúde no Município de Ji-Paraná/RO, especialmente nas unidades básicas de Saúde.

2.1.2. A disponibilidade constante destes medicamentos é imperativa para assegurar a integralidade da assistência e o cumprimento das diretrizes do SUS (Lei nº 8.080/1990), evitando a descontinuidade no tratamento de pacientes e garantindo o suporte necessário às equipes médicas em intervenções emergenciais.

2.1.3. O quantitativo de 6 (seis) itens elencados baseia-se no Programa Municipal de Atenção a Obesidade Mórbida no município, refletindo a demanda real da população a ser atendida.

2.2. Justificativa do Parcelamento ou Não da Aquisição

2.2.1. Com o objetivo de minimizar que itens restem desertos e diminuir o impacto do desabastecimento, optou-se pelo parcelamento do objeto em itens, sendo agrupados por conveniência comercial para que o maior número de fornecedores possa se interessar na disputa. **2.2.2.** A entrega dos itens será realizada de forma parcelada, conforme as solicitações DO DAB, em razão da limitação de espaço físico no almoxarifado e do controle rigoroso dos prazos de validade dos fármacos.

2.3. Levantamento de Mercado

2.3.1. O levantamento de mercado encontra-se pormenorizado no Estudo Técnico Preliminar e no Documento de Formalização de Demanda, evidenciando ampla competitividade e oferta regular dos produtos pela rede de distribuidores e fabricantes nacionais.

2.4. Prazo do contrato e da ATA

2.4.1. O prazo de vigência contratual oriundo da Ata observará o disposto na Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado conforme a necessidade e a vantajosidade para a Administração.

2.4.2. Os medicamentos deverão possuir, no ato da entrega, prazo de validade mínimo de **12 (doze) meses**, contado da **data de fabricação**, ou, quando aplicável, prazo remanescente correspondente a no mínimo **75% (setenta e cinco por cento) do prazo total de validade estabelecido pelo fabricante**, prevalecendo a condição mais vantajosa para a Administração Pública.

O prazo de validade deverá estar obrigatoriamente indicado na embalagem original do produto, conforme registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), não sendo admitida qualquer alteração, recontagem ou redefinição desse prazo em função da data de recebimento definitivo.

O não atendimento ao prazo mínimo de validade estabelecido neste item implicará a **recusa imediata do recebimento do item**, sem prejuízo da aplicação das **sanções administrativas cabíveis**, incluindo, quando for o caso, penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Descrição detalhada da solução:

3.1.1. O objeto desta contratação refere-se à aquisição de medicamentos essenciais para o suporte das atividades da **Departamento de Atenção Básica (DAB)** e suas subunidades, visando a manutenção do estoque operacional para a execução do Programa Municipal de Atenção a Obesidade Mórbida no Município de Ji-Paraná..

3.1.2. A análise das opções de mercado considerou a necessidade de produtos que atendam rigorosamente aos critérios de eficácia terapêutica, segurança sanitária e conformidade com as normas da **ANVISA**.

3.1.3. A solução adotada é o fornecimento parcelado de medicamentos, modelo que se mostra o mais adequado para a realidade da administração municipal, garantindo que o abastecimento acompanhe a volatilidade da demanda clínica e respeite as limitações de armazenamento físico. **3.1.4.** A aquisição de medicamentos novos, diretamente de fabricantes ou distribuidores autorizados, assegura a procedência e a integridade dos fármacos, minimizando riscos de contaminação ou perda de estabilidade química, fatores críticos na assistência à saúde.

3.1.5. Diferente de outros modelos de suprimento, a licitação própria para **Registro de Preços** permite que o município gerencie seu cronograma de entregas conforme o fluxo de pacientes, evitando a imobilização desnecessária de recursos financeiros em estoques excessivos que poderiam vir a vencer.

3.1.6. Além disso, a solução inclui a exigência de garantia de qualidade por parte da contratada, que deverá substituir, sem custos para a Administração, qualquer item que apresente desvio de qualidade ou eficácia durante o prazo de validade.

3.1.7. Assim, é imprescindível a manutenção do fluxo de suprimentos por meio desta aquisição, garantindo que as unidades básicas de saúde não sofram com o desabastecimento de itens vitais.

3.1.8. A caracterização dos medicamentos foi estabelecida com base na Tabela CMED histórico de consumo, visando à maior vantajosidade custo/benefício e eficiência no tratamento dos usuários do SUS.

3.1.9. A aquisição é amplamente transparente, permitindo a participação de empresas especializadas do ramo farmacêutico que possuam a Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), favorecendo a competitividade e a obtenção de preços justos.

3.1.10. A solução compreende não apenas o fornecimento dos fármacos, mas todo o suporte logístico de transporte em condições adequadas de temperatura e umidade, conforme exigido para cada classe de medicamento.

3.1.11. Como benefícios resultantes desta aquisição, espera-se garantir o direito fundamental à saúde da população de Ji-Paraná, contribuindo de forma significativa para a recuperação dos pacientes e o bom funcionamento do sistema público de saúde. A aquisição proposta é benéfica e vantajosa, uma vez que:

a) O planejamento buscou o melhor aproveitamento dos recursos financeiros, focando em itens de alta rotatividade e essencialidade para a rede de urgência;

b) Os padrões definidos contam com especificações técnicas baseadas na Farmacopeia Brasileira, permitindo a mensuração qualitativa dos resultados e a segurança do paciente;

c) A escolha do **Pregão Eletrônico**, fundamentada no art. 6º da **Lei nº 14.133/2021**, garante:

- **Competitividade e economicidade;**
- **Transparência e controle;**
- **Atendimento preciso das especificações sanitárias;**
- **Rapidez na tramitação processual.**

3.1.11.1. Com base nestes levantamentos, justifica-se a escolha do **Pregão Eletrônico Próprio** para o registro de preços dos medicamentos, por ser a opção mais eficaz para viabilizar os atendimentos de saúde e o cumprimento da missão institucional da Secretaria Municipal de Saúde, atendendo aos princípios da continuidade dos serviços públicos e da eficiência administrativa.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.1.1.1. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego e normas ambientais vigentes;

4.1.1.2. Não possuir inscrição no **Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo**, instituído e mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos da **Portaria Interministerial vigente que regulamenta a matéria (atualmente Portaria MTE nº 15, de 2024)**, ou outra norma que vier a substituí-la.

4.1.1.3. Não ter sido condenada, a empresa vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; e das Convenções da OIT nºs 29 e 105.

4.2. Do Prazo de Assinatura da Ata de Registro de Preços

4.2.1.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada em até 10 (dez) dias úteis a contar da convocação.

4.2.1.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração, na forma do art. 90, § 1º da Lei 14.133/2021.

4.3. Dos requisitos específicos (Medicamentos)

4.3.1. Características Gerais e Qualidade:

- Todos os medicamentos devem ser fornecidos em suas embalagens originais, lacradas e integras, contendo o número do lote, data de fabricação e validade impressos de forma legível.
- Conforme legislação sanitária, as embalagens devem apresentar a inscrição "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO".
- Os produtos devem estar acompanhados do respectivo Laudo de Análise por lote, emitido pelo fabricante ou laboratório da rede REBLAS.
- Os medicamentos termolábeis devem ser transportados em caixas térmicas adequadas, com monitoramento de temperatura que garanta a manutenção da cadeia de frio até o momento da entrega.
- As bulas e rótulos devem estar obrigatoriamente em língua portuguesa, atendendo às normas da ANVISA e ao Código de Defesa do Consumidor.

4.4. Da garantia do objeto

4.4.1. A todos os itens, aplica-se o disposto no Código de Proteção e Defesa do Consumidor - CDC (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) e às demais legislações pertinentes.

4.4.2. Os medicamentos devem possuir, no ato da entrega, prazo de validade remanescente de, no mínimo, 12 (doze) meses.

4.4.2.1. No caso de vícios, alterações físicas (cor, odor, turvação) ou qualquer defeito de qualidade, a Administração fornecerá à Contratada relatório concernente a essas ocorrências, a fim de que os itens sejam substituídos.

4.4.3. Em conformidade com a Lei 14.133/21, a contratada deve ser responsável por fornecer garantia adequada quanto à eficácia e estabilidade do bem adquirido. A garantia visa proteger o órgão público em caso de desvios de qualidade, vícios ocultos ou avarias sofridas no transporte ou armazenamento.

4.4.4. Durante o período de validade do produto, as despesas decorrentes da substituição de lotes que apresentarem problemas de estabilidade comprovada ocorrerão por conta exclusiva da contratada.

4.4.5. A Contratada obriga-se a substituir, no prazo máximo de 15 (Quinze) Dias, os medicamentos que forem rejeitados pelo setor de fiscalização por estarem em desacordo com as especificações ou normas sanitárias.

4.4.6. Caso a fabricação do medicamento seja suspensa pelo fabricante ou o registro seja cancelado pela ANVISA durante a vigência da Ata, a contratada deve comunicar imediatamente à Administração, sujeitando-se às regras de substituição por item de qualidade equivalente ou superior, desde que aceito pelo DAB.

4.4.7. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado na Ata/Contrato, permitindo a aplicação de penalidades em caso de descumprimento, mesmo depois de expirada a vigência contratual, especialmente em casos de farmacovigilância.

4.5. Dos itens e especificações técnicas

4.5.1. Segue a relação detalhada dos itens que compõem o objeto deste Termo de Referência, com as respectivas descrições, unidades de medida e quantitativos totais para o período:

QUADRO DE ITENS E QUANTITATIVOS ESTIMADOS

SUBSTÂNCIA	APRESENTAÇÃO	CLASSE TERAPÊUTICA	PF 17,5 % ALC	QUANTIDADE PARA 936 PACIENTE
TIRZEPATIDA	5 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	A10S - ANTIDIABÉTICOS AGONISTAS DE GLP-1	1834,02	1.716.642,72
TIRZEPATIDA	10 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	A10S - ANTIDIABÉTICOS AGONISTAS DE GLP-1	1834,02	1.716.642,72
TIRZEPATIDA	15 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	A10S - ANTIDIABÉTICOS AGONISTAS DE GLP-1	2567,69	2.403.357,84
TIRZEPATIDA	20 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	A10S - ANTIDIABÉTICOS AGONISTAS DE GLP-1	2567,69	2.403.357,84
TIRZEPATIDA	25 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	A10S - ANTIDIABÉTICOS AGONISTAS DE GLP-1	2610,64	2.443.559,04
TIRZEPATIDA	30 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	A10S - ANTIDIABÉTICOS AGONISTAS DE GLP-1	2610,64	2.443.559,04

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A contratada deverá entregar os medicamentos atendendo integralmente às condições estabelecidas neste Termo de Referência, observando rigorosamente as especificações de cada item, como dosagem, forma farmacêutica e apresentação.

5.2. Do local, horário e prazo de entrega

5.2.1. O local de entrega do objeto será na sede do almoxarifado do Departamento de Atenção Básica (DAB), situado na Rua Teresina, nº 497, Bairro Nova Brasília, Ji-Paraná/RO - CEP: 76908-326, no horário compreendido entre 07:30 às 13:30 h, de segunda a sexta-feira.

5.3. Do prazo de entrega

5.3.1. O início da execução contratual se dará após a assinatura da Ata de Registro de Preços e emissão da respectiva Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, ficando vedado estabelecer vínculo de subordinação com os funcionários da contratada.

5.3.2. O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias corridos.

5.4. Das condições de recebimento

5.4.1. O recebimento dos medicamentos descritos neste Termo de Referência se dará da seguinte forma:
5.4.1.1. Provisoriamente: No ato da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com as especificações (lote, validade, integridade e laudos), no prazo máximo de até 15 (quinze) dias após a entrega. **5.4.1.2.** Definitivamente: No prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade e conformidade técnica, e sua consequente aceitação mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo ou atesto na nota fiscal

5.4.1.3. Se após o recebimento provisório for identificada qualquer falha (divergência de dosagem, embalagem violada, temperatura inadequada ou ausência de laudos), o prazo para o recebimento definitivo será interrompido, começando sua contagem após a substituição total dos itens reprovados pela CONTRATADA.

5.4.1.4. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada quanto aos vícios ocultos ou desvios de qualidade manifestados durante a utilização normal dos produtos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor e normas de farmacovigilância.

5.4.1.5. A recusa injustificada da contratada em entregar os medicamentos no prazo estipulado caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas em lei e cancelamento da ata.

5.5. Do Transporte e Logística Sanitária

5.5.1. A contratada deverá assegurar que o transporte dos medicamentos ocorra em veículos adequados, higienizados e que garantam a proteção contra luz, umidade e variações de temperatura.

5.5.2. Para os itens que exigem cadeia de frio (termolábeis), os produtos deverão ser entregues em embalagens térmicas que mantenham a temperatura exigida pelo fabricante, acompanhadas de dispositivos de monitoramento de temperatura para conferência no ato do recebimento provisório.

5.5.3. A nota fiscal deverá conter, obrigatoriamente, a discriminação dos números dos lotes e datas de validade de cada medicamento entregue.

5.6. Da rescisão e cancelamento do registro

5.6.1. A Ata de Registro de Preços ou o contrato dela decorrente poderá ser rescindido/cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 137, 155 e 156 da Lei nº 14.133/21, especialmente em caso de desabastecimento injustificado ou entrega de produtos sem registro sanitário.

5.6.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa e ao contraditório.

6. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Do acompanhamento e fiscalização

6.2.1. Os procedimentos de fiscalização atenderão ao disposto na Instrução Normativa nº 04/CGM/PMJP/2024, que dispõe sobre as atividades de gestor e fiscal de contratos e da comissão de recebimento de materiais.

6.2.2. A entrega será acompanhada e fiscalizada por servidores do Departamento de Atenção Básica (DAB) ou, na impossibilidade, por seus substitutos, todos devidamente designados, que determinarão o que for necessário para a regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei n. 14.133/2021.

6.2.3. Em caso do medicamento não estar em conformidade com este Termo de Referência (vencimento próximo, embalagem violada, ausência de laudo ou desvio de qualidade), a fiscalização emitirá relatório detalhando as irregularidades, cabendo à Contratada a imediata regularização sob pena de sanções.

6.3. Fiscalização de Contrato

6.3.1. O fiscal do contrato acompanhará a execução para assegurar que os medicamentos entregues correspondam exatamente aos registrados na Ata, garantindo a eficiência do abastecimento público.

6.3.2. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências, especialmente as relacionadas à qualidade dos lotes e pontualidade das entregas (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.3.3. Identificada qualquer inexistência, o fiscal emitirá notificações para correção imediata, especialmente em casos de medicamentos termolábeis entregues fora da temperatura especificada.

6.3.4. O fiscal informará ao gestor, em tempo hábil, situações que demandem medidas saneadoras superiores ou riscos de desabastecimento.

6.3.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por vícios redibitórios ou alterações físico-químicas dos medicamentos durante sua validade.

6.4. Gestor do Contrato

6.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento, elaborando relatórios sobre o desempenho do fornecedor e a necessidade de adequações para o atendimento da rede de saúde.

6.4.2. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, como a validade da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE/ANVISA), indispensável para o pagamento.

6.4.3. O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização em caso de falhas graves no fornecimento de itens essenciais.

6.5. Das obrigações do contratante

6.5.1. Exercer regulação, controle e avaliação da execução contratual.

6.5.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do objeto por intermédio do Fiscal do Contrato, dirimindo dúvidas e prestando esclarecimentos.

6.5.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os medicamentos entregues em desacordo com as especificações farmacopeicas ou com prazo de validade inferior ao estabelecido.

6.5.4. Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade, como lotes com queixa técnica ou recolhimento determinado pela ANVISA.

6.5.5. Efetuar o pagamento à contratada conforme os prazos estabelecidos, após o atesto da fatura pelo servidor competente.

6.6. Das obrigações da contratada

6.6.1. Assinar o termo de contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo de 10 (dez) dias úteis após a convocação.

6.6.2. Garantir a procedência e qualidade integral dos medicamentos, respondendo por qualquer defeito ou vício constatado.

6.6.3. Substituir, no prazo máximo de 15 dias, qualquer item que apresente defeito, alteração ou que seja objeto de alerta sanitário, sem ônus para a Administração.

6.6.4. Manter, durante toda a execução, as condições de habilitação, incluindo as licenças sanitárias e autorizações específicas para o comércio de medicamentos.

6.6.5. Arcar com todas as despesas de frete, carga, descarga e seguros, garantindo que o preço ofertado seja final no local de entrega (DAB).

6.6.6. Fornecer, junto com a nota fiscal, os Laudos de Análise de cada lote entregue.

6.6.7. Responder por danos causados ao patrimônio público ou a terceiros decorrentes da entrega ou da qualidade dos produtos fornecidos.

6.7. Da subcontratação

6.7.1. Fica vedada a subcontratação nos termos do § 2º, art. 122, da Lei nº 14.133/21.

6.7.2. A vedação justifica-se pela natureza crítica do objeto (saúde pública), exigindo que a empresa detentora da especialização técnica e sanitária execute o contrato diretamente para garantir a segurança dos pacientes.

6.8. Da arbitragem

6.8.1. Poderá ser utilizada arbitragem exclusivamente para dirimir controvérsias relativas a direitos patrimoniais disponíveis, desde que prevista no edital e no contrato, nos termos do art. 151 da Lei nº 14.133/2021.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1.

O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, em conta corrente de titularidade da Contratada, no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir do **atesto da nota fiscal/fatura pela unidade demandante** e da efetiva liquidação da despesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A contagem do prazo de pagamento somente se iniciará após a apresentação da nota fiscal/fatura e da documentação exigida, devidamente conferida e considerada apta para liquidação.

Para fins de liquidação e pagamento, a Contratada deverá apresentar, quando exigível, as seguintes certidões de regularidade fiscal e trabalhista, devidamente atualizadas:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;
- b) Certidão Negativa de Débitos ou equivalente emitida pela Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Contratada;
- c) Certidão Negativa de Débitos ou equivalente emitida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Contratada;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal.

7.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser preenchida conforme a Unidade Orçamentária que emitir a Nota de Empenho respectiva, sendo:

- a) Fundo Municipal de Saúde de Ji-Paraná - CNPJ nº 19.122.075/0001-73

7.3. A contratada fará constar no documento fiscal, além das especificações e quantitativos do objeto, o NÚMERO DA NOTA DE EMPENHO, o NÚMERO DO PROCESSO, e as informações relativas aos seus dados bancários para pagamento do faturamento.

7.4. Na hipótese da Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a Contratante poderá pagar apenas as partes não controversas no prazo fixado para pagamento.

7.5. O pagamento decorrente das contratações públicas será efetuado após a **regular liquidação da despesa**, mediante atesto da nota fiscal/fatura pela unidade competente, no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da data de sua regularidade e conformidade documental.

O referido prazo observa as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, devendo estar previsto no edital e no instrumento contratual, no âmbito da discricionariedade administrativa do ente contratante.

7.6. Na hipótese de haver irregularidades no cumprimento das obrigações da Contratada, a Administração reterá os créditos a que aquela teria direito, até o limite do valor dos prejuízos causados à Administração, sem prejuízo das penalidades aplicáveis previstas no art. 162 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

7.7. Qualquer atraso ocorrido, por parte da Contratada, na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da Contratante.

7.8. Os eventuais encargos financeiros decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento por sua culpa exclusiva, serão de sua responsabilidade.

7.9. A administração não pagará nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais devidamente protocoladas no órgão.

7.10. A administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à Contratada quando legalmente exigidos.

7.11. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (encargos moratórios) devida será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$\$\$EM = I \text{ imes } N \text{ imes } VP\$\$$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, apurado da seguinte forma:

$$\$I = i / 365\$$$

$$\$I = (6 / 100) / 365\$$$

$$\$I = 0,00016438\$ \text{ (Onde } \$i\$ = \text{ taxa percentual anual no valor de 6\%).}$$

Deverá ser observada, para fins de pagamento, a legislação tributária vigente, especialmente no que se refere à retenção de tributos na fonte, inclusive quanto às empresas optantes pelo regime do Simples Nacional, respeitadas as hipóteses legais de dispensa de retenção. Nos casos de aquisição de medicamentos, o pagamento ficará condicionado à comprovação do efetivo fornecimento, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada, em conformidade com os critérios de medição e recebimento estabelecidos neste Termo de Referência.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Valor por Item, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

A presente contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 28, inciso I, que prevê a modalidade Pregão para aquisição de bens e serviços comuns, bem como nas disposições que autorizam a utilização da forma eletrônica e a adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item, observados os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, economicidade e eficiência que regem as contratações públicas.

8.2. Modo de Disputa:

8.2.1. Aberto.

8.3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.4.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.2. **Microempreendedor Individual (MEI):** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

8.4.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI):** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a sede no país;

8.4.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.6. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, devidamente arquivados na Junta Comercial ou inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

8.5. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional** (Certidão Conjunta RFB/PGFN, incluindo Seguridade Social);

8.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho** (CNDT);

8.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, compatível com o objeto contratual;

8.5.6. Prova de regularidade com a **Fazenda estadual e municipal** do domicílio ou sede do fornecedor.

8.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.6.1. Será exigida qualificação econômico-financeira, conforme os requisitos abaixo: **I.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor; **II.** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais; **III.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a **1 (um)**; **IV.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices, será exigido patrimônio líquido mínimo de **10%** do valor total estimado da contratação; **V.** O atendimento dos índices deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil.

- 8.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA 8.7.1.** Será exigida qualificação técnica, conforme as disposições a seguir:
- 8.7.1.1.** Atestado expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante já forneceu medicamentos compatíveis com o objeto desta licitação;
- 8.7.1.2.** A Administração poderá diligenciar para verificar a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados.
- 8.7.2. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE),** emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), para a atividade de comercialização/distribuição de medicamentos, vigente;
- 8.7.3. Licença Sanitária Estadual ou Municipal** (Alvará Sanitário), expedida pelo órgão competente da localidade da sede da licitante;
- 8.7.4. Certificado de Regularidade Técnica (CRT),** emitido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) da região da sede da licitante, comprovando a assistência de profissional farmacêutico responsável;
- 8.7.5.** Declaração da licitante de que possui condições de assegurar o transporte dos medicamentos de acordo com as normas da ANVISA, especialmente para os itens que exigem controle de temperatura.

9. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. Das cotações e valores a serem realizados como fundamento à estimativa de preço**
- 9.1.1.** A apuração das cotações e a elaboração da estimativa de preços serão realizadas pela equipe técnica da **Controladoria Geral de Preços do Município de Ji-Paraná**, em conformidade com as normas e procedimentos vigentes, utilizando-se prioritariamente de bancos de preços oficiais e contratações similares.
- 9.2.** Eventuais acréscimos ou supressões quantitativas poderão ocorrer exclusivamente nos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, observados os limites do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.3. Da estimativa do preço**
- 9.3.1.** Para realizar a estimativa de valores, conduzimos pesquisas junto a tabela CMED ([ID 2455408](#)) para completa disponibilidade dos valores de todos os itens. Essa abordagem nos permitiu obter uma visão abrangente dos custos envolvidos na aquisição dos medicamentos, garantindo uma estimativa precisa e fundamentada.
- 9.3.2.** Dessa forma, estima-se o valor da aquisição em R\$ R\$ 13.127.119,20 reais conforme ([ID 2468660](#)).
- 9.4.** A proposta deve estar datada, assinada e identificada (nome e cargo) por representante legal da LICITANTE, com as folhas numeradas e rubricadas, contendo o carimbo padronizado do CNPJ.
- 9.5.** A empresa deverá indicar em sua Proposta de Preços os **Dados Bancários** (Banco, Agência e Conta Corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos.
- 9.6.** O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao total previsto para cada item da contratação.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1.** informamos que a ficha orçamentária solicitada para a despesa a ser empenhada é a n.º 545 - Material de Consumo - DAB conforme ficha orçamentária 01 ([ID 2435206](#)) - Material de Consumo - DAB Procedimento correrão por conta da dotação orçamentária consignada no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná:

10 Fundo Municipal de Saúde
02 PODER EXECUTIVO
0207 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
020703 BLOCO DE MANUTENÇÃO - ATENÇÃO PRIMÁRIA
10 Saúde
10301 Atenção Básica
103010002 ACOLHE JI-PARANÁ: AMOR, RESPEITO E SAÚDE PARA TODOS
10301000221010000 Manutenção dos Serviços de Atenção Básica em Saúde
545OR3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
0.1.6000010.100 Atenção Primária - Principal

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa: 11.1.1.

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

11.1.2. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do pregão;

11.1.3. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo licitatório;

11.1.5. Fraudar o processo licitatório ou os artefatos jurídicos que o compõem;

11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do pregão;

11.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal: **11.2.1.** Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 11.1.8 e 11.9. bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada da contratada em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade contratante, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que ver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DOS RECURSOS

12.1. Os interessados poderão recorrer do resultado publicado em relação ao julgamento das propostas ou à avaliação da documentação de habilitação, apresentando suas razões devidamente fundamentadas, em

campo próprio do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data de intimação ou lavratura da ata.

12.2. O recurso limitar-se-á a questões de direito e de conformidade com o edital, considerando, exclusivamente, a documentação e propostas já apresentadas no sistema, não sendo permitida a inclusão de novos documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da habilitação.

12.3. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e a síntese das razões deverá ser inserida no sistema no prazo estabelecido, sendo assegurado aos demais licitantes o direito de apresentar contrarrazões em igual período.

12.4. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por meios diversos dos previstos no edital ou que não tenham sido devidamente registrados no sistema eletrônico de contratação.

13. DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento licitatório.

13.2. A autoridade superior poderá homologar o resultado, revogar a licitação por motivos de interesse público decorrente de fato superveniente, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer fundamentado.

14. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

14.2. Após o interregno de um ano, contado da data-base da proposta ou do último reajuste, e independentemente de solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados mediante aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA**, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

O reajuste de preços deverá observar, quando aplicável, os **limites, tetos e condições regulatórias estabelecidos pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED)**, incluindo o **Coeficiente de Adequação de Preços (CAP)** e demais normas vigentes que disciplinem o controle de preços de medicamentos no mercado brasileiro.

14.2.1. O marco inicial para contagem do interregno mínimo de 12 (doze) meses será a data do orçamento estimado constante do processo administrativo.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste Termo de Referência serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, além das normas e regulamentos federais, estaduais e municipais aplicáveis. Quando necessário, serão observados os princípios da teoria geral dos contratos, conforme estabelecido na legislação civil brasileira, bem como as disposições do direito privado.

15.2. As dúvidas decorrentes da execução deste objeto deverão ser encaminhadas por escrito à fiscalização do Departamento de Atenção Básica (DAB), que se manifestará no prazo compatível com a necessidade da demanda, visando a continuidade dos serviços de saúde.

15.3. A autoridade superior da Secretaria Municipal de Saúde poderá, em caráter supletivo, decidir sobre situações não previstas que demandem interpretação administrativa voltada ao interesse público e à eficiência do atendimento à população.

16. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

16.1. O município reserva-se no direito de revogar ao anular o presente processo, no todo ou em parte, por interesse da Administração Pública, vício, ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para o recebimento e abertura das propostas, descabendo em tais circunstâncias, quaisquer reclamações ou direito a indenização.

16.2. A participação no presente processo licitatório implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste Termo de Referência e nos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.

16.3. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Termo de Referência, deverão ser solicitadas ao Município de Ji-Paraná, setor da Coordenação Geral Administrativa, pelo e-mail: semusajipa@gmail.com ou pelo telefone (69) 3416-4052.

16.4. O presente documento busca garantir a eficiência, economicidade, e a adequada execução contratual, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de forma eficiente e sustentável.

16.5. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com os dispositivos da Lei 14.133/2021, Decreto Municipal 1384/2024 e do Decreto Municipal 1385/2024, assegurando que todos os procedimentos, requisitos e critérios aqui estabelecidos estejam em total alinhamento com a legislação vigente e as melhores práticas de contratação pública.

17. DA APROVAÇÃO

17.1. O ORDENADOR DE DESPESAS SECRETÁRIO DE SAÚDE Cristiano Ramos Pereira, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Artigo 12 da Lei 14.133/2021, considerando que a elaboração do Termo de Referência foi feita por pessoas habilitadas devidamente apoiadas pelo setor técnico competente do órgão, resolve **APROVAR o Termo de Referência** objetivando a realização de pregão eletrônico próprio para eventual **aquisição de medicamentos para atendimento da demanda do Departamento de Atenção Básica (DAB)** e subunidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná-RO.

18. ANEXO RELAÇÃO DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

O presente Anexo reúne os documentos de suporte utilizados no planejamento da contratação, os quais integram o processo administrativo e servem de fundamento técnico, orçamentário e de formalização da demanda, conforme segue:

- Ficha Orçamentária nº [\(ID 2435206\)](#)
- Tabela CMED nº [\(ID 2455408\)](#)
- Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº [\(ID 2468660\)](#)




17.2. Assinaturas

Ji-Paraná, data da Assinatura Eletrônica.

Aprovado por:

CRISTIANO RAMOS PEREIRA
Secretário Municipal de Saúde

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br

 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por ELSOM DOURADO GOMES, AUXILIAR DE SERVICOS DE SAUDE - ADIDOS , em 29/04/2026 às 12:58, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023 .
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por ALINE LARA DE CARVALHO, Diretora do Dep. de Atenção Básica , em 29/04/2026 às 12:59, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023 .
 SIMPLES ASSINATURA ELETRÔNICA LOGIN E SENHA	Documento assinado eletronicamente por CRISTIANO RAMOS PEREIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE , em 30/04/2026 às 08:30, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do Decreto nº 435 de 27/02/2023 .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2644609** e o código verificador **65AB4E52**.

Referência: [Processo nº 1-2617/2026](#).

Docto ID: 2644609 v1



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

ASSUNTO: Eventual aquisição de medicamento para atendimento da demanda do Departamento de Atenção Básica (DAB), subunidades: Unidades Básicas de Saúde no Programa Municipal de Obesidade Mórbida em Ji-Paraná - RO.

Município: Ji-Paraná/RO

Vigência: 12 (doze) meses

Público-alvo: 935 pacientes adultos com obesidade e/ou sobrepeso com comorbidades

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Este documento tem por objetivo concretizar o estudo técnico preliminar, caracterizando a primeira fase do planejamento, a fim de detalhar a necessidade da aquisição de medicamentos, visando atender as demandas do Departamento de Atenção Básica (DAB) para o ano de 2026. Por meio do presente estudo técnico é possível uma análise completa sobre a necessidade e justificativa da referida aquisição, benefícios a serem alcançados, análise de possíveis riscos e soluções disponíveis no mercado, a fim de identificar a melhor forma de atender a presente demanda em observância aos princípios norteadores da Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

É extremamente importante e de obrigação da Administração Municipal se preparar, organizar os setores, manter sua infraestrutura em ótimas condições para atender bem aos funcionários, aos programas, aos munícipes e aos diversos outros atendimentos do Município de Ji-Paraná/RO.

A necessidade de aquisição de medicamentos para o Departamento de Atenção Básica (DAB) alinha-se integralmente com os princípios estabelecidos pela Lei Federal nº 8.080/1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e prevenção da saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A referida legislação estabelece como diretriz do SUS a integralidade, a universalidade e a equidade no acesso aos serviços de saúde. A aquisição de medicamento é imperativa para garantir a integralidade da assistência, abrangendo procedimentos básicos, contribuindo para o atendimento universal e equitativo aos cidadãos que vierem a necessitar.

Além disso, a Lei nº 8.080/1990 preconiza a descentralização das ações e serviços de saúde, conferindo autonomia aos municípios na gestão de seus sistemas de saúde. Nesse contexto, a aquisição dos medicamentos é essencial para fortalecer a capacidade cobertura assistencial, promovendo a autonomia local na oferta de serviços de qualidade, em conformidade com as diretrizes do SUS.

Portanto, a justificativa para a aquisição de medicamentos encontra-se respalda na legislação vigente, assegurando a adequação às normativas que regem o sistema de saúde brasileiro e reforçando o compromisso com a melhoria das condições de atendimento e cuidado à população deste Município.

A eventual aquisição supracitada constitui um dos elementos fundamentais para a efetiva implementação de

ações e atendimentos emergenciais na unidade de saúde, capaz de promover a melhoria das condições da assistência à saúde da população.

3. ÁREA REQUISITANTE.

Departamento de Atenção Básica (DAB)

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

A aquisição será efetuada de forma gradativa, de modo a adequar-se à demanda do setor requisitantes. A aquisição gradativa permitirá a Administração Municipal execução financeira mais eficiente.

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual..

Deverão ser observadas as condições específicas de armazenamento e de transporte do bem adquirido, objetivando a garantia da estabilidade dos itens.

Para os critérios de sustentabilidade devem ser considerados os produtos fornecidos em embalagens de materiais reutilizável, reciclável ou biodegradável, sempre que possível, produzidos com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais.

As propostas das empresas deverá conter a marca (medicamentos de referência e similar), o fabricante e a procedência do medicamento oferecido.

Não será aceito as propostas de medicamentos magistral.

Os medicamentos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: forma farmacêutica, concentração, apresentação, via de administração, condições de conservação, etc.

Todos os medicamentos ofertados devem obrigatoriamente possuir registro válido emitido pela ANVISA.

Se o medicamento constar da relação da Portaria nº 344/1998, a empresa deverá apresentar autorização especial de funcionamento, emitida pela ANVISA.

Os medicamentos deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA. Os medicamentos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras da licitação deverão apresentar em suas embalagens secundárias e/ou primárias a expressão PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO.

Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem ter constado, nos rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa, ou seja, número do lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com a Legislação Sanitária e nos termos do artigo nº 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.

Os números dos lotes devem estar especificados na nota fiscal por quantidade de cada medicamento entregue.

Os medicamentos devem ser entregues por lotes e data de validade, com seus respectivos quantitativos na nota fiscal.

Todos os lotes deverão vir acompanhados de laudo analítico laboratorial, expedido pela empresa produtora/titular do registro na ANVISA, e/ou Laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios analíticos em saúde (Reblas).

O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 (dozes) meses, a contar da data de entrega do produto.

Os fornecedores (fabricantes, distribuidoras ou empresas importadoras) deverão apresentar o laudo técnico de análise dos medicamentos, emitido pelo fabricante/detentor do registro e/ou laboratório integrante da Reblas.

O Laudo de Análise deve contemplar:

Identificação do laboratório;

Especificações (valores aceitáveis) e respectivos resultados das análises dos produtos;

Identificação do responsável com o respectivo número de inscrição no seu conselho profissional correspondente;

Lote e data de fabricação;

Assinatura do responsável;

Data;

Resultado;

O Laudo de Análise deve ser apresentado para cada lote a ser fornecido. As especificações de cada produto devem estar baseadas em referências farmacopeicas oficialmente reconhecidas.

A empresa deverá possuir Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela ANVISA, quando exigida por lei, comprovando estar devidamente habilitada a comercializar e distribuir produtos para uso médico-hospitalar, nos termos da RDC nº 16/2013 (ou legislação vigente).

Tais documentações retromencionadas são necessárias a fim de assegurar a qualidade dos medicamentos, garantindo segurança aos profissionais que os utilizam, bem como aos pacientes que recebem o cuidado prestado.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO (PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES).

Soluções Possíveis:

Solução 1 - Buscar atas de registro de preços disponíveis para a realização de adesão.

Uma alternativa considerada é a adesão a Ata de Registro de Preços, que permite aproveitar propostas vantajosas obtidas em licitações por outros órgãos e entidades públicas.

Contudo, é necessário ressaltar que o atendimento das demandas dos órgãos meramente usuários está condicionado à consulta prévia e à anuência tanto do órgão ou entidade gerenciadora da ata quanto do fornecedor registrado. Tal exigência pode resultar em procedimentos adicionais, aumentando a burocracia e impactando a celeridade pretendida. Ademais, o volume dos itens necessários para atender integralmente às demandas do setor pode exigir a realização de múltiplas adesões a diferentes atas de registro de preços, o que, além de tornar o processo mais complexo, não se mostra vantajoso do ponto de vista da eficiência administrativa e do planejamento das contratações.

Solução 2 - Registrar a intenção de registro de preços junto a outro órgão, na condição de participante.

A participação em processo de registro de preços conduzido por outro órgão, na condição de participante, pode representar uma alternativa viável em alguns contextos. No entanto, essa modalidade tende a ser mais burocrática e sujeita a prazos e decisões externas, o que pode comprometer a agilidade e a eficiência administrativa.

Ao depender de outro órgão para a condução do certame, o controle sobre as etapas do processo licitatório, as especificações técnicas, os prazos de execução e as condições contratuais fica limitado. Isso pode dificultar o atendimento tempestivo das demandas específicas da unidade interessada, além de reduzir a capacidade de adaptação às particularidades locais.

Assim, embora seja uma alternativa possível, a participação em processo externo deve ser avaliada com cautela, considerando os possíveis impactos sobre a eficiência e a qualidade da contratação.

Solução 3 - Realizar licitação própria e disponibilidade de futura ata de Registro de Preços.

Considerando que se trata de um procedimento com demanda contínua ou prolongada, essencial para o atendimento das ações institucionais das unidades administrativas, a contratação por meio do Sistema de Registro de Preços Permanente (SRPP) apresenta-se como uma solução vantajosa e eficiente.

A adoção do SRPP permite ganho de escala, já que os fornecedores, diante da possibilidade de fornecimento em maior volume, tendem a ofertar preços mais competitivos, reduzindo suas margens de lucro em função do potencial de fornecimento ao longo do tempo. Além disso, o sistema oferece maior flexibilidade à Administração, pois não exige a aquisição imediata da totalidade do quantitativo registrado em ata.

A contratação ocorre conforme a necessidade, por meio do gerenciamento da ata de registro de preços, possibilitando atendimento sob demanda, de forma planejada e alinhada às necessidades reais das ações institucionais. Dessa forma, evita-se o desperdício de recursos públicos, promove-se a economicidade e assegura-se maior agilidade na execução das contratações futuras.

Da análise das soluções:

Para subsidiar a análise, foi realizada pesquisa de preços, conforme (ID 2455408) os dados coletados demonstraram que os medicamentos pretendidos são ofertados no mercado, devidamente registrados junto à ANVISA o que evidencia a existência de competição efetiva.

Ademais, a análise de contratações similares realizadas por outros entes da administração pública revelou que os mesmos medicamentos vêm sendo adquiridos de forma recorrente, por meio de pregões eletrônicos, sem restrições de competitividade ou apontamentos de desabastecimento. Tal fato reforça a constatação de que se trata de bens comuns, padronizados e com ampla disponibilidade no mercado.

Dessa forma, o levantamento de mercado evidenciou a presença de um ambiente concorrencial favorável, caracterizado pela pluralidade de fornecedores, estabilidade de preços e regularidade na oferta.

Considerando as características do objeto, a natureza contínua da demanda e a necessidade de assegurar o abastecimento regular das unidades de saúde, foram analisadas as alternativas disponíveis para atendimento da demanda, em observância ao planejamento prévio exigido pela Lei nº 14.133/2021.

Verificou-se que a aquisição integral e imediata de todos os itens mostra-se operacionalmente inviável, sobretudo em razão da limitação do espaço físico do almoxarifado do Departamento de Atenção Básica (DAB), o qual não comporta o armazenamento total dos medicamentos. Ademais, a estocagem excessiva pode acarretar dificuldades no controle de estoque, aumento do risco de perdas por vencimento e comprometimento da eficiência da gestão logística.

Diante desse cenário, revela-se mais adequada a adoção de um modelo de reabastecimento contínuo e programado, capaz de garantir o fornecimento regular dos medicamentos, otimizar o uso do espaço disponível e promover maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

Considerando o volume estimado dos itens, os valores envolvidos e a periodicidade das demandas, conclui-se, com base no presente Estudo Técnico Preliminar, que a realização de licitação própria para constituição de Ata de Registro de Preços configura-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração.

Ressalta-se que, no âmbito da Administração Pública, a aquisição de medicamentos ocorre de forma recorrente por meio do Sistema de Registro de Preços, instrumento que não impõe a obrigatoriedade de

contratação da totalidade dos itens registrados, permitindo aquisições conforme a necessidade efetiva, o que confere maior eficiência ao planejamento e à execução das contratações.

Ademais, trata-se de medicamentos disponíveis no mercado, com fabricantes e fornecedores aptos ao fornecimento, o que evidencia a existência de ampla concorrência, favorecendo a obtenção de preços mais vantajosos. Diversos órgãos públicos adotam metodologia semelhante, utilizando o pregão eletrônico associado ao Sistema de Registro de Preços, sem prejuízo à competitividade ou à legalidade do certame.

Outrossim, a constituição de Ata de Registro de Preços com vigência de 12 (doze) meses está alinhada às práticas administrativas já consolidadas no âmbito do Município de Ji-Paraná e de outras instituições públicas, não havendo requisitos que restrinjam a competitividade. Dessa forma, resta evidenciado que a solução proposta observa os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, competitividade e interesse público, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos e o atendimento contínuo e eficaz das necessidades da população.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO, ACOMPANHADA DAS JUSTIFICATIVAS TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO.

Após a análise das alternativas disponíveis para atendimento da demanda quais sejam, a adesão a Atas de Registro de Preços vigentes de outros órgãos ou entidades da Administração Pública, o registro de intenção de registro de preços (IRP) junto a outros órgãos, e a realização de procedimento licitatório próprio concluiu-se que a solução mais vantajosa para a Administração consiste na realização de licitação própria, por meio de Pregão Eletrônico, na modalidade Sistema de Registro de Preços (SRP).

O objeto da contratação enquadra-se como material de consumo, caracterizando-se como bem comum, uma vez que possui especificações padronizadas, objetivamente definidas e amplamente reconhecidas pelo mercado, nos termos do art. 6º da Lei nº 14.133/2021. Tratando-se de medicamentos, não há necessidade de manutenção ou assistência técnica permanente, sendo exigida apenas a observância das boas práticas de transporte, armazenamento e prazos de validade, conforme normas sanitárias vigentes.

Considerando a necessidade identificada e o levantamento de mercado realizado, o Estudo Técnico Preliminar concluiu que a aquisição de medicamentos devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), destinados ao abastecimento do Departamento de Atenção Básica (DAB) e das unidades Básicas de Saúde vinculadas, é indispensável para garantir a continuidade, a segurança e a efetividade dos serviços assistenciais prestados à população.

A solução adotada compreende o fornecimento dos medicamentos em embalagens originais, íntegras e devidamente rotuladas, em conformidade com as especificações técnicas, prazos de validade compatíveis com o consumo estimado e demais exigências das normas sanitárias. O fornecimento inclui todas as obrigações acessórias necessárias à adequada utilização dos produtos, tais como transporte em condições apropriadas, entrega nos locais definidos pela Administração, garantia da qualidade e estabilidade durante o prazo de validade, substituição de produtos em desconformidade e disponibilização de suporte técnico-farmacêutico, quando necessário.

Cabe à contratada assegurar que os medicamentos sejam entregues em condições adequadas de conservação, conforme orientações do fabricante e legislação aplicável, respondendo por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento dessas exigências.

Sob o aspecto técnico, a solução mostra-se plenamente adequada, uma vez que os medicamentos constituem bens essenciais, padronizados e amplamente utilizados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), cujas especificações são rigorosamente regulamentadas por normas sanitárias. A adoção do Sistema de Registro de

Preços permite o atendimento tempestivo das demandas assistenciais, reduz riscos de desabastecimento e assegura a continuidade do tratamento dos pacientes, atendendo aos requisitos de qualidade, segurança e eficácia terapêutica.

Sob o aspecto econômico, a contratação revela-se vantajosa em razão da ampla concorrência existente no mercado fornecedor, possibilitando a obtenção de preços compatíveis com os praticados no mercado e alinhados aos referenciais oficiais. Ademais, a solução evita custos indiretos decorrentes de interrupções nos serviços de saúde, reduz a necessidade de contratações emergenciais e promove o uso racional dos recursos públicos, em consonância com os princípios da economicidade e da eficiência.

Dessa forma, justifica-se a escolha do Pregão Eletrônico Próprio, na modalidade Sistema de Registro de Preços (SRP), com vigência de 12 (doze) meses, com fornecimento de forma parcelada, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade econômica, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

O pregão eletrônico assegura maior competitividade, transparência, controle, celeridade processual e atendimento preciso das especificações, configurando-se como a solução mais adequada, suficiente e proporcional à necessidade identificada, plenamente alinhada ao interesse público e aos princípios da continuidade dos serviços públicos, da eficiência administrativa e da economicidade do erário.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

O prazo de entrega dos itens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço:

No almoxarifado do Departamento de Atenção Básica: Bairro - Nova Brasília - Ji-Paraná/RO - CEP: 76908-326, Rua: Teresina Nº 497, compreendido no horário compreendido entre 7:30 às 13:30 h, de segunda a sexta-feira.

A remessa do pedido deverá ser iniciada após o recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO, em conformidade com as necessidades do órgão.

A entrega será efetuada em razão da emissão de nota de empenho, em conformidade com as necessidades do órgão.

Caberá ao Almoxarifado com o auxílio do setor solicitante, o recebimento dos itens, incumbindo-lhe a declaração do aceite do item.

O recebimento dos itens licitados está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, em tudo o que couber.

Os itens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações.

Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os itens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA.

Considerando que o objeto deste planejamento refere-se ao atendimento dos pacientes do Programa Municipal de Atenção à Obesidade Mórbida do município de Ji-Paraná/RO, destaca-se que a obesidade é uma condição crônica, multifatorial, associada ao aumento da morbimortalidade por doenças cardiovasculares, diabetes mellitus tipo 2, hipertensão arterial sistêmica, esteatose hepática e distúrbios osteomusculares.

No município de Ji-Paraná, dados da Atenção Primária à Saúde (APS), extraídos do e-SUS/PEC e bases da RIPSACGIAE (2024), evidenciam crescimento contínuo da prevalência de sobrepeso e obesidade na população adulta, com impacto direto no aumento do risco metabólico, no consumo de medicamentos e na demanda por atendimentos especializados.

A população estimada do município é de **139.359 habitantes (IBGE, 2024)**, sendo identificado o seguinte panorama epidemiológico entre adultos de 18 a 80 anos:

- Sobrepeso: 6.698 indivíduos
- Obesidade grau I: 4.247 indivíduos
- Obesidade grau II: 1.735 indivíduos
- Obesidade grau III: 935 indivíduos

Totalizando aproximadamente **13.615 indivíduos com obesidade (cerca de 13% da população)**. Dentre estes, para fins deste Programa Municipal, foi definido como público prioritário o grupo de **936 pacientes com obesidade grau III**, que demandam intervenção contínua e estruturada no âmbito da atenção especializada, incluindo tratamento farmacológico de alto custo e uso prolongado.

CLASSIFICAÇÃO POPULAÇÃO	
SOBREPESO	6.698
OBESIDADE GRAU I	4.247
OBESIDADE GRAU II	1.735
OBESIDADE GRAU III	935
TOTAL DE OBESOS 13.615 (13% DA POPULAÇÃO)	

verificamos que apesar de não haver média de consumo histórico anual o quadro acima desmonstra a necessidade de aquisição e quantidade de aquisição pois o Programa Municipal de Atenção à Obesidade Mórbida no município de Ji-Paraná tem como finalidade o atenção de todos os cidadãos que estão em situação de Obesidade Grau III, durante a sua vigência o que torna a análise mais simples e objetiva, sem a necessidade de ajustar médias de anos anteriores ou lidar com inconsistências nos dados históricos. Isso facilita tanto para os gestores públicos tornando o processo mais ágil e transparente, assim, segue abaixo quadro com quantidade total a ser contratada:

QUADRO COM ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS

SUBSTÂNCIA	APRESENTAÇÃO	CLASSE TERAPÊUTICA	PF 17,5 % ALC	QUANTIDADE PARA 936 PACIENTE
TIRZEPATIDA	5 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	A10S - ANTIDIABÉTICOS AGONISTAS DE GLP-1	1834,02	1.716.642,72
TIRZEPATIDA	10 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	A10S - ANTIDIABÉTICOS AGONISTAS DE GLP-1	1834,02	1.716.642,72
TIRZEPATIDA	15 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	A10S - ANTIDIABÉTICOS AGONISTAS DE GLP-1	2567,69	2.403.357,84
TIRZEPATIDA	20 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	A10S - ANTIDIABÉTICOS AGONISTAS DE GLP-1	2567,69	2.403.357,84
TIRZEPATIDA	25 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	A10S - ANTIDIABÉTICOS AGONISTAS DE GLP-1	2610,64	2.443.559,04
TIRZEPATIDA	30 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	A10S - ANTIDIABÉTICOS AGONISTAS DE GLP-1	2610,64	2.443.559,04

Memória de cálculo da estimativa de quantitativos

A estimativa das quantidades foi elaborada com base em premissas técnicas e operacionais, considerando:

- Público-alvo: **936 pacientes**
- Horizonte de tratamento: **12 meses**
- Protocolo terapêutico: aplicação semanal contínua (52 semanas/ano)
- Total de aplicações estimadas: $936 \times 52 = \mathbf{48.672 \text{ aplicações/ano}}$
- Fator de ajuste operacional (perdas, validade, logística e variações clínicas): **17,5%**
- Total ajustado: $48.672 \times 1,175 = \mathbf{57.204 \text{ aplicações estimadas (aproximadamente)}}$

Adicionalmente, considera-se que o tratamento com agonistas de GLP-1/GIP (como a tirzepatida) ocorre por meio de **titulação progressiva de dose**, exigindo variação entre diferentes concentrações ao longo do tratamento (fase inicial, ajuste terapêutico e manutenção), o que justifica a distribuição entre múltiplas apresentações farmacêuticas.

Distribuição estimada por apresentações

A partir do total ajustado, os quantitativos foram distribuídos entre as diferentes concentrações do medicamento (5 mg, 10 mg, 15 mg, 20 mg, 25 mg e 30 mg), considerando:

- fase de indução terapêutica (doses menores);
- fase de ajuste clínico (doses intermediárias);
- fase de manutenção (doses mais elevadas);
- individualização da resposta terapêutica.

Essa distribuição visa garantir maior efetividade clínica, adesão ao tratamento e redução de descontinuidade terapêutica.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

Para realizar a estimativa de valores, conduzimos pesquisas junto a Tabela CMED (ID 2455408) para completa disponibilidade dos valores de todos os itens. Essa abordagem nos permitiu obter uma visão abrangente dos custos envolvidos na aquisição dos medicamentos, garantindo uma estimativa precisa e fundamentada.

Dessa forma, estima-se o valor da aquisição em R\$ 13.127.119,20 reais conforme (ID (ID 2468660)).

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL.

A nova lei de licitações estipula, em seu artigo 40, §2º, Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade;

Com o objetivo de minimizar que itens restem desertos e, conseqüentemente, diminuir o impacto do desabastecimento dos serviços de saúde, optou-se pelo parcelamento, sendo os itens agrupados por conveniência comercial de forma que um mesmo fornecedor possa se interessar na disputa de mais de um item dentro do processo licitatório.

Nesse sentido, ao observar a viabilidade de parcelamento do objeto e a economicidade informamos que a entrega será contínua de forma parcelada, pois, a demanda de consumo pode ser variável ao longo do tempo, e a entrega parcelada permite que os itens sejam fornecidos de acordo com a real necessidade de uso, evitando excessos ou escassez de produtos.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

A presente contratação não depende de qualquer outro processo licitatório para surtir seus efeitos ou seja ocorre de forma independente.

12. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU, SE FOR O CASO, JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO*

Por se tratar de processo de rito ordinário, sua promoção já é organizada e programada na programação de compras e aquisições do Departamento de Atenção Básica (DAB), nesse sentido, informamos que os itens presentes na DFD (ID 2468660) foram solicitação a atualização no Plano de Contratações Anual (PCA), de acordo com as diretrizes estabelecidas pela NLL.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL;

A aquisição dos medicamentos tem como objetivo principal garantir o abastecimento contínuo e seguro das unidades Básica de Saúde do Município, durante a Vigência do Programa Municipal de Obesidade Mórbida no Município de Ji-Paraná atendendo de forma eficaz às demandas assistenciais e evitando desabastecimento. Espera-se que a execução da solução gere resultados concretos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Do ponto de vista econômico, a aquisição permitirá otimização dos recursos financeiros, assegurando preços compatíveis com o mercado e evitando contratações emergenciais mais onerosas. Em relação aos recursos humanos, a solução reduz a necessidade de intervenções urgentes da equipe administrativa e farmacêutica, permitindo que os profissionais se concentrem em atividades-fim, como atendimento aos pacientes e acompanhamento terapêutico.

Quanto aos recursos, o fornecimento planejado e programado possibilita o controle adequado do estoque, evitando desperdícios por vencimento antecipado, perdas decorrentes de armazenamento inadequado e

excesso de insumos. Além disso, a solução garante que os medicamentos atendam às normas da ANVISA, preservando qualidade, eficácia e rastreabilidade, promovendo segurança clínica e sanitária.

Por fim, a contratação permite a racionalização da gestão de insumos farmacêuticos assegure a melhor utilização dos recursos financeiros, materiais e humanos, com impacto direto na eficiência da administração pública e na qualidade do atendimento à população.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO.

A contratação enquadra-se como aquisição de medicamento, com entrega de forma parcelada em que os servidores já estão acostumados a tratar, não sendo, portanto, algo incomum, ainda sim, temos a Portaria 403 de 20/05/2025 com servidores designados que compõe a Comissão de Recebimentos dos Materiais de Consumos, Expedientes, Permanentes e Serviços com contrato e sem contrato para receber e fiscalizar a entrega do item requerido.

A fiscalização desses contratos pode ser realizada por meio de verificação documental e simples visitas aos locais de execução, ou ainda, por meio de auditorias periódicas simples, não necessitando de capacitação adicional para os servidores.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO.

A Secretaria Municipal de Saúde possui contrato com empresa especializada na prestação de serviços continuados de pesagem, coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviço de Saúde, (segundo classificação da RDC 306/ANVISA), com fornecimento de Certificado de destinação. Sendo assim, os materiais a serem adquiridos potencialmente infectados e/ou contaminados, após o seu uso, receberão tratamento adequado, minimizando os riscos de contaminação ao meio ambiente.

Visando atender ao disposto na legislação aplicável, os fabricantes e fornecedores deverão priorizar, para o fornecimento do item, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental.

A nova lei de licitações estipula que o processo licitatório tem por objetivo o incentivo à inovação e ao desenvolvimento nacional sustentável. Desse modo, para a presente aquisição serão observados os seguintes critérios de sustentabilidade:

- a) Produtos acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, fabricada em material reciclável ou biodegradável;
 - b) Comprovação das empresas de que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental.
- Tais medidas garantirão a contratação de fornecedores comprometidos com a sustentabilidade e a minimização dos danos ao meio ambiente.

16 Posicionamento Conclusivo sobre a Adequação da Contratação

Após análise das necessidades, alternativas de fornecimento e especificações técnicas, conclui-se que:

1. **Necessidade atendida:** A contratação proposta é adequada para suprir a demanda de medicamentos, garantindo o tratamento e o atendimento seguro aos pacientes.
2. **Alternativas analisadas:** Foram consideradas diferentes opções de aquisição, incluindo fornecedores e apresentações de medicamentos, sendo a opção selecionada a que apresenta melhor relação custo-benefício e conformidade técnica.
3. **Conformidade normativa:** A contratação está em conformidade com a legislação vigente (Lei de Licitações e Contratos Lei nº 14.133/2021), normas técnicas da área de saúde e diretrizes institucionais de compras públicas.
4. **Conclusão:** Recomenda-se a contratação para o fornecimento dos medicamentos necessários, pois atende plenamente às necessidades identificadas, assegurando eficiência, segurança e legalidade na aquisição.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Declaramos, considerando todo o exposto nestes Estudo Preliminar, que a contratação:

A contratação via pregão eletrônico é viável e economicamente vantajosa para atender as demandas da unidade requisitante, promovendo a qualidade e eficiência no atendimento à população

[X] é viável [] não é viável

Assinatura dos membros da Equipe de Planejamento da Contratação que participaram da elaboração dos ETP:

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: www.ji-parana.ro.gov.br



SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **ELSOM DOURADO GOMES, AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE - ADIDOS**, em 29/04/2026 às 12:30, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **ALINE LARA DE CARVALHO, Diretora do Dep. de Atenção Básica**, em 29/04/2026 às 12:59, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO RAMOS PEREIRA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**, em 30/04/2026 às 08:31, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.ji-parana.ro.gov.br, informando o ID **2644498** e o código verificador **A411EF17**.

Referência: [Processo nº 1-2617/2026](#).

Docto ID: 2644498 v1

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/SUPECOL/PMJP/RO/2026
SRP - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-2617/2026 - SEMUSA

OBJETO: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos visando atender às necessidades do Departamento de Atenção Básica (DAB) e suas subunidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO, conforme quantidades e especificações descritas no Edital e seus anexos.

Ao (À)

PREGOEIRO (A) E EQUIPE DE APOIO - PMJP/RO

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S^a., nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R _____
(_____), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Und	Qnt	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO					
1.	TIRZEPATIDA - 5 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	UN	702	2.037,75	1.430.500,50
COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 1 - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS					
2.	TIRZEPATIDA - 5 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	UN	234	2.037,75	476.833,50
ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO					
3.	TIRZEPATIDA - 10 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	UN	702	2.863,25	2.010.001,50
COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 3 - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS					
4.	TIRZEPATIDA - 10 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	UN	234	2.863,25	670.000,50
ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO					
5.	TIRZEPATIDA - 15 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	UN	702	3.033,23	2.129.327,46
COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 5 - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS					
6.	TIRZEPATIDA - 15 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	UN	234	3.033,23	709.775,82
ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO					
7.	TIRZEPATIDA - 20 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	UN	702	2.567,69	1.802.518,38
COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 7 - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS					
8.	TIRZEPATIDA - 20 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	UN	234	2.567,69	600.839,46
ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO					
9.	TIRZEPATIDA - 25 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	UN	702	2.610,64	1.832.669,28
COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 9 - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS					
10.	TIRZEPATIDA - 25 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	UN	234	2.610,64	610.889,76
ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO					
11.	TIRZEPATIDA - 30 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	UN	702	2.610,64	1.832.669,28

COTA DE ATÉ 25% DO ITEM 11 - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS					
12.	TIRZEPATIDA - 30 MG/ML SOL INJ SC CT 4 FA VD TRANS X 0,5 ML	UN	234	2.610,64	610.889,76
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 14.716.915,20 (Quatorze milhões, setecentos e dezesseis mil, novecentos e quinze reais e vinte centavos)	

Observações:

- Os itens **1, 3, 5, 7, 9 E 11** são destinados para **AMPLA PARTICIPAÇÃO**.
- Os itens **2, 4, 6, 8, 10 E 12** são COTA de até 25% **RESERVADA À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS**.
- Nos termos do Acórdão APL-TC 00203/2025 de 09/02/2026 do TCE/RO e em atenção ao Decreto Municipal nº 6.566/16 **se a mesma empresa ofertar o menor preço na cota reservada e na cota principal a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.**
- Os itens **2, 4, 6, 8, 10 E 12** estão como abertos no sistema ComprasGov para ampla participação tão somente em razão do sistema possuir uma falha quanto a aplicação das cotas NOS CASOS DE SRP. Todavia, embora estejam abertos no sistema, serão consideradas apenas as propostas de ME's e equiparadas para os mencionados itens. Assim, as propostas de empresas que não se enquadrem como ME e equiparadas para os citados itens, serão desclassificadas para os itens.
- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – COMPRASGOV/CATMAT, e as especificações constantes no **Anexo II deste edital**, prevalecerão **às últimas**.
- Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da **MARCA/MODELO/FABRICAÇÃO**.
- **Local/ Entrega/Pagamento:** Conforme descrito no **Termo de Referência – Anexo I do Edital**.
- Esta proposta é **VÁLIDA POR 60 (SESSENTA) DIAS (mínimo)**, a contar da data da apresentação.

Dados do proponente:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Município: Estado: CEP:

Telefone:

E-mail:

Dados do responsável pela assinatura do Contrato:

Nome Completo:

CPF n.º

Cargo/Função:

Dados para contato/correspondência:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Dados para pagamentos:

Conta Corrente n.º

Agência n.º

Banco.....

DECLARAÇÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Edital do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, **DECLARAMOS** expressamente que:

- a) A proposta apresentada para participar da (identificação da licitação), foi elaborada de maneira independente (pelo licitante) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
- g) Entregará/Prestará, sob sua integral responsabilidade, os itens/serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
- h) Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos itens/serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa entrega dos materiais/realização do serviço, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
- i) Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
- j) Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.
- k) Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Local e data

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

ANEXO III
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
 - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda **acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores**.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 2.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 2.3. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.4. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
- 2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- 3.1. **Certidão Negativa de Ações de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial** (Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, **nos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do **prazo de validade expresso na própria Certidão**.
 - 3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.
 - 3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.
- 3.2. **Balanco patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo **representante legal** e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, **vedada a sua substituição** por balancetes ou balanços provisórios.
 - 3.2.1. As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que **atesta o atendimento** pela licitante dos índices

econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **superiores a 1**.

3.2.2. Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

3.2.3. Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.

3.2.4. As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura**.

3.2.5. O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1. **Comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

4.2. A comprovação se dará mediante a apresentação de no mínimo um **ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos iguais ou semelhantes ao objeto desta licitação, independentemente da quantidade.

4.3. O (s) atestado(s)/certidões deverão estar necessariamente em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

4.3.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.4. **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), para a atividade de comercialização/distribuição de medicamentos, vigente;**

4.5. **Licença Sanitária Estadual ou Municipal (Alvará Sanitário), expedida pelo órgão competente da localidade da sede da licitante;**

4.6. **Certificado de Regularidade Técnica (CRT), emitido pelo Conselho Regional de Farmácia (CRF) da região da sede da licitante, comprovando a assistência de profissional farmacêutico responsável;**

4.7. **Declaração da licitante de que possui condições de assegurar o transporte dos medicamentos de acordo com as normas da ANVISA, especialmente para os itens que exigem controle de temperatura.**

5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

5.1. Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo **Anexo III – A**, elaborada em papel timbrado, atestando que:

ANEXO III – A MODELO DE DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e

que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em www.ji-parana.ro.gov.br
- h) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;**
- j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- l) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

Obs: O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

ANEXO IV
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Processo Administrativo nº.....

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, E A
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

<i>ITEM</i>	<i>ESPECIFICAÇÃO</i>	<i>UNIDAD E DE MEDIDA</i>	<i>QUANTIDA DE</i>	<i>VALOR UNITÁRI O</i>	<i>VALO R TOTAL</i>
<i>1</i>					
<i>2</i>					
<i>3</i>					
<i>...</i>					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do contratado;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.3.5. O prazo de vigência da contratação é de contados do (a), na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.4. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

1.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (ou) Será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme previsto no capítulo..... do Termo de Referência – Anexo I do edital.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

1.6. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

1.7. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.8. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

1.9. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

1.10. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.11. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.12. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.13. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.14. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.15. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.16. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

1.17. São obrigações do Contratante:

- 1.18. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 1.19. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 1.20. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 1.21. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 1.22. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 1.23. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 1.24. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 1.25. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 1.26. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 1.27. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.
- 1.28. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 1.29. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 1.30. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 1.31. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);
- 1.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 1.33. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 1.34. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 1.35. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 1.36. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

1.37. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

1.38. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

1.39. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

1.40. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

1.41. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

1.42. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

1.43. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

1.44. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

1.45. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.46. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

1.47 - Não haverá exigência de garantia contratual ou a exigência de garantia contratual da execução será a (conforme descrito no Termo de Referência).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

1.47. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 1.48. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - IV. **Multa:**
 1. Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.
 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.
 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 1.49. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 1.49.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.49.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - 1.49.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 1.49.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 1.50. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 1.51. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.52. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

1.53. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.54. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.55. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

1.56. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.57. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.58. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.58.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.59. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.59.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.59.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.59.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.60. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

1.60.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.60.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.60.3. Indenizações e multas.

1.61. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

1.62. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

1.63. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

1.63.1. Fonte de Recursos:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1.64. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

1.65. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

1.66. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.67. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

1.68. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

1.69. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

1.70. As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Prefeito do Município de Ji-Paraná

Secretário/Presidente

Representante legal do Contratado

Procurador Geral do Município

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos __(____) dias do mês de ____ do ano de dois mil e vinte e __, às __ horas na Superintendência de Compras e Licitações da Prefeitura do Município de Ji-Paraná, situada na Rua dos Brilhante, 130; Bairro Urupá; Ji-Paraná; Rondônia; Cx. Postal 268; CEP. 76.900-150, o Superintendente de Compras e Licitações, Sr....., brasileiro, casado, Decreto n....., considerando o julgamento da licitação na **modalidade de pregão, na forma eletrônica**, para **REGISTRO DE PREÇOS n°/202...., publicada no de/202....., processo administrativo n.º, RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal n. 1385/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do **Termo de Referência** e do **Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, que são parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

CNPJ n Empresa:						
Item	Descrição Genérica	Unidade de Forneciment o	Quantidad e Total	Quantidade Ofertada	Valor Unitári o	Valor Total do Fornecedor
Marca: Fabricante: Modelo / Versão: Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:						
Marca: Fabricante: Modelo / Versão: Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão).....

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou

projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços **será de 1 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada **por igual período e quantitativo renovado**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n..... e**

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços deverá ser assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, por meio de assinatura digital, pelo link Portal de Serviços (ji-parana.ro.gov.br), o qual será disponibilizado **via e-mail** pelo Setor de Registro de Preços, tão logo sua elaboração.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer, em tempo hábil, ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas **Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Termo de Referência e Anexo II do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico n.....**

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante (s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO V - A

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:**

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **mantiveram sua proposta original:**

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Quantidade de Ofertada	Valor Un	Valor Total